

## A PRIMEIRA TRADUÇÃO DE ADAM SMITH EM ESPANHA.

Ricardo Hiroyuki Shibata

No alvorecer do século XVIII, a Espanha vivia uma crise sem precedentes – sua armada outrora tão poderosa perdera o domínio dos mares, seus exércitos não mais faziam tremer as outras potências no âmbito continental, sua diplomacia mal conseguia esgrimir alianças políticas satisfatórias e a cultura espanhola cedia espaço para franceses, ingleses e alemães. Foi neste contexto que intelectuais, políticos, estadistas, artistas e letrados de vários quilates abraçaram as novas idéias que propunham uma reforma da organização social, sem obviamente esgarçar as hierarquias instituídas e a soberania da monarquia. Esse rearranjo estratégico, nunca uma revolução ou movimento de sedição, repercutia os ecos indeléveis da revolução francesa. Essa elite visava aplicar métodos racionais e princípios científicos como soluções satisfatórias para as graves questões nacionais. Intelectuais do porte de Jovellanos, Feijó e Campomanes, apenas para referir os mais conhecidos de um grupo heterogêneo e ilustre, pensavam que reformar a indústria, a agricultura, a educação e a administração pública ofereceria uma resposta para resgatar a Espanha de seu atraso material e espiritual.

Um aspecto, ainda pouco estudado, desse conjunto de soluções reformistas foi a questão econômica. Aqui, importante referir, de início, a obra *Theórica y práctica de comercio y de marina*, de Jerónimo de Uztáriz, publicada em 1727 e que definiu as bases para a adoção do mercantilismo como norte fundamental para as práticas financeiras, acúmulo de capital, manutenção das relações de trabalho e geração de renda. Porém, em finais do século XVII, as idéias dos escritores estrangeiros de matéria econômica começaram a influenciar a formação do quadro doutrinal da Ilustração espanhola.

Nesse sentido, destacando o aspecto da vulgarização e disseminação, em espacial, para aqueles que pouco versados nas línguas estrangeiras, as traduções para o espanhol de autores do quilate de Smith, Addison, Hume, Condillac, Condorcet, Necker, Quesnay e Turgot, foram um marco na reforma do quadro referencial econômico. Há que se destacar que as idéias desses autores frequentemente chegaram com bastante atraso na Espanha em relação a sua publicação original. Isto, porque ainda persistiam os dados de uma sociedade fortemente baseada na monarquia centralizada, de caráter absolutista, e as matrizes fundamentais do direito natural, cujo fundamento era a ordem instituída pela ortodoxia católica e a manutenção dos princípios religiosos.

Entretanto, um novo contexto surgia no horizonte político, pressionando os Estados europeus, a uma guinada para o empirismo, solapando as matrizes constitucionais e a organização sobrenatural do mundo. Tanto foi assim que, por exemplo, a tradução das *Maximes Générales du gouvernement économique*

*d'un royaume agricole*, de François Quesnay, publicada em 1767, apenas tiveram em tradução espanhola em 1794, ou seja, aproximadamente três décadas após a publicação original. Tratava-se de obra fundamental no sentido de uma nova proposta para a organização econômica.

Foi por isso que foi acolhida como referência de base para as ações do Estado francês. Além disso, declarava guerra aberta aos princípios do mercantilismo e seu arcabouço fundado nas trocas ou outras transações comerciais. Em Espanha, o mercantilismo também estava em xeque e era perceptível que a elite letrada e os vários grupos de intelectuais e os partidários da Ilustração estavam familiarizados com as críticas conceituais ao modelo mercantilista. De fato, estavam dadas as condições para a recepção do pensamento de Adam Smith e o seu *A riqueza das nações*.

Pois bem, o Tribunal da Santa Inquisição, em 1792, promulgou um édito de censura contra o livro intitulado *Recherches sur la nature et les causes de la Richese des Nations, traduit de l'Anglois de Mr. Smith*, publicado em Londres em 1788. O parecer dos inquisidores era particularmente claro quanto à manifestação de proibição da obra em sua totalidade ("in totum"), porque "bajo un estilo capcioso y obscuro favorece el tolerantismo en punto de Religión y es inductivo al naturalismo". Assim, a obra não podia ser lida sem a prévia licença sob "pena de excomunió n mayor".

Se a edição inglesa da obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith, foi proibida, no mesmo ano de 1792, outra edição francesa foi traduzida para o espanhol, aquela intitulada *Compendio de la obra inglesa intitulada Riqueza de las Naciones, hecho por el Marqués de Condorcet y traducido al castellano con varias adiciones del original*, por D.Carlos Martínez de Irujo, publicada em Madrid, pela Imprenta Real, em 1792. (MARTINEZ DE IRUJO, 1792)

O tradutor, o marquês de Irujo, diplomata espanhol nascido nos Estados Unidos, teve o cuidado de minimizar em sua edição qualquer referência ao nome de Adam Smith e corrigiu os pontos controversos que tanto incomodavam à censura inquisitorial. Essa operação obviamente acabou por retirar frases e passagens inteiras do original em detrimento do rigor analítico e da coerência do texto. Esse trabalho de supressão foi aliado a um trabalho de restrição coesiva. O capítulo, que versava sobre a constituição dos preços e do valor no âmbito do comércio, transformou-se em meros alguns parágrafos.

Ou, como adverte o marquês de Irujo:

"Es lastima, á la verdad, que haya querido el Autor hacer á veces con sus teorías aplicaciones impropias, pero si esta ligereza podia privarnos de los tesoros que encierra, el compendio que ofrecemos reúne todas las ventajas sin tener los mismos inconvenientes. En él se hallan recopilados aquellos principios que pueden mirarse como los exes de la economía política: y presentamos aumentados del original Ingles algunos de los artículos que pueden contribuir á dar mas luz á los asuntos que nos interesan". (MARTINEZ DE IRUJO, 1792, p.x)

O mais importante aqui, em especial, foi que a tradução espanhola deturpou os conceitos propostos por Adam Smith sobre o livre comércio. Essa

mudança de direção analítica foi criteriosamente planejada para se adaptar ao contexto de um Império que se esgarçava progressivamente e necessitava de uma pronta reforma. Esta estratégia vai ser adotada pelos escritores espanhóis de economia ao longo do século XIX. Porém, isto deveria ser feito sem esgarçar o tecido social, causar rebelião ou perturbar as estruturas tradicionalmente instituídas de poder.

É justamente por isso que o Marquês de Irujo, de modo muito habilidoso, tratou, logo de início, em seu "Discurso Preliminar del Traductor", de dirimir qualquer dúvida quanto ao caráter de sua obra. Ele evocava que guardaria o princípio da "conservacion" com base na "ley general de la naturaleza"; assim se mantinha o "estado natural", presente no seres humanos, cujo sentido "halló en su semejante, compañero en los trabajos, defensa en los peligros, desahogo en sus satisfacciones, y la utilidad recíproca de esta compañía fué sin duda el origen de la Sociedad" (MARTINEZ DE IRUJO, 1792, p.i). Dessa forma, a sociabilidade natural e a manutenção da ordem afastariam o argumento que define a comunidade política como um aglomerado de indivíduos que competem entre si e a favor de seus próprios interesses egoístas. Esta situação precária era característica das sociedades primitivas, em que a caça, a pesca e a coleta tornavam a subsistência penosa e incerta.

Na época contemporânea, o que vigora, nas "naciones civilizadas", com o aumento da população e da riqueza, é o incremento das necessidades e desejos por conta da diversidade de ramos que compõem a sociedade. Houve também o aumento dos recursos e dos meios que conservam e fortificam os laços sociais. Este é justamente a razão de ser da economia política, vale dizer, "la economía política es la mano arquitectónica que ha de dirigir la obra grande de la pública prosperidad" (p.iv). Ao fim e ao cabo, essa nova forma de ver o mundo admite que todas as ações dos indivíduos e do Estado devem levar em conta que "el número de los consumidores es la verdadera causa de la riqueza" (MARTINEZ DE IRUJO, 1792, p.vi).

Essa edição fez tanto sucesso na época em que foi produzida que chamou a atenção da diplomacia britânica na Europa. John Macpherson, numa carta de Munique em dezembro de 1792, confidenciou a Edward Gibbon que o governo espanhol havia dado permissão para a publicação de um extrato das idéias de Adam Smith acerca da formação de riqueza nas nações européias, embora tivessem sido condenadas pela Inquisição. Macpherson acrescentava que a edição traduzida fora realizada em forma de um compêndio, publicado sob os auspícios da própria Imprensa régia espanhola.

De fato, tratava-se da tradução espanhola da edição francesa de autoria de Condorcet (SMITH, 1967). Quer dizer, não foi a edição original em inglês, mas a versão francesa que a censura inquisitorial havia proibido. John Macpherson manifestou sua surpresa ao descobrir que a obra fora censurada por conta de seu estilo pouco decoroso e a lassidão moral dos princípios que ela buscava disseminar. Os pareceristas do tribunal inquisitorial destacaram que, de modo subreptício e diabólico, a obra incentivava a tolerância religiosa e o naturalismo – o que, à época, equivaliam a solapar o edifício da ortodoxia católica, a sociedade de ordens e a instituição da monarquia. John Rae foi outro diplomata britânico que manifestou surpresa ao tomar notícia da liberação da

tradução espanhola da obra de Adam Smith para publicação em tão pouco tempo após a sua proibição peremptória pela Inquisição.

Para ele, causava espécie que o tribunal tivesse mudado de idéia e contrariado as suas próprias convicções. Deve-se lembrar que os atos de censura em relação a livros eram constituídos por várias instâncias numa pluralidade de inúmeros segmentos institucionais, formadas pela Real Conselho de Castilha, a Academia de História e a Inquisição. De qualquer forma, Rae não sabia que a referida tradução espanhola não era baseada na edição original, mas na tradução francesa. E esta, ainda, realizada com cortes, supressões e aditamentos.

Em 1794, apareceu outra tradução da obra de Adam Smith, por Alonso Ortiz, em Valladolid, com apoio institucional do Conselho de Castilha. Nesta edição, a estratégia, para contornar os obstáculos impostos pela censura, foi a supressão de partes inteiras do original. No livro V, cujo teor sempre fora polêmico para além do âmbito do contexto britânico, foram eliminadas as passagens referentes ao ensino religioso, aos hábitos religiosos das várias classes sociais, à circunscrição do poder temporal da Igreja Católica e as causas da reforma protestante. Ortiz chega mesmo a deturpar as idéias de Adam Smith e a criticar certos princípios da economia política. Segundo Alonso Ortiz, a conquista das possessões no Novo Mundo e a instalação do Império espanhol não foram o resultado de um esforço racional – um “projeto” – para descobrir fontes de ouro e prata ou mesmo a busca desenfreada por satisfazer a sede por bens materiais, como estava no original de Adam Smith, porém, um esforço catequético de conversão dos povos gentios.

Segundo Robert Smith (1967), o trâmite para publicação da tradução realizada por Ortiz teve seus inúmeros percalços. Em 1793, Ortiz havia informado o presidente do Conselho Supremo da Inquisição que ele havia submetido seu manuscrito ao escrutínio do tribunal, mas que até aquele momento não havia recebido resposta. O fato de o mesmo tribunal ter abalizado a tradução do marquês de Irujo pareceu ser um sinal positivo para que o público-leitor espanhol tivesse acesso às novas idéias de Adam Smith, mesmo porque eram essas mesmas ideias que suportavam o Império comercial inglês.

Ortiz apelou que o tribunal examinasse seu manuscrito e que manifestasse sua aprovação para posterior publicação. Diante desse pedido, a Inquisição começou os seus trabalhos, comparando o manuscrito de Ortiz com a edição francesa da obra de Adam Smith, considerada ímpia e que fora proibida em Espanha. Enquanto isso, o Conselho de Castilha e a Academia de História emitiram parecer favorável à publicação da obra de Ortiz. Ortiz então insistiu com a Inquisição para dar celeridade ao seu processo, pois havia conseguido aprovação de duas das três instâncias da censura.

A Inquisição, por sua vez, indicou Manuel da San Vicente para presidir os trabalhos de comparação entre o manuscrito de Ortiz e a tradução francesa de Adam Smith. De maneira muito curiosa, em nenhum momento, há menção ao original em inglês. Para todos os efeitos, o original era a tradução francesa. O parecer foi favorável, porque o autor havia expurgado os defeitos e as mazelas que contaminavam a edição original – justamente, aqueles motivos que foram a causa da proibição inicial. Em particular, as correções diziam respeito ao

conteúdo do livro I, capítulo 4, cujo teor referia-se à avareza e à injustiça dos príncipes e monarcas, abusando da confiança de seus súditos, ao diminuir a quantidade de metal precioso contido nas moedas.

De modo semelhante, Ortiz teria de contornar uma outra questão espinhosa quanto aos princípios doutrinários esposados pelo Estado espanhol presentes no capítulo 6, do livro I. Mas, isto ainda não foi suficiente para o tribunal manifestar sua decisão definitiva quanto à aprovação do manuscrito. Ortiz enviou um comunicado ao tribunal, reclamando da demora em receber o parecer, mesmo porque, segundo ele pensava, sua obra referia-se precisamente aos problemas econômicos e financeiros pelas quais as nações angariavam recursos para custear e implementar o desenvolvimento social, portanto não havia sentido em retardar a autorização para publicação de uma obra tão necessária.

De fato, Alonso Ortiz estava mais interessado em questões de economia e finanças do que entrar na seara espinhosa da doutrina teológica ou da polêmica política. Tanto foi assim que ele publicou especificamente uma obra essencial sobre os problemas do crédito e da moeda, qual seja, o seu tratado *Essayo económico sobre el sistema de la moneda papel y sobre el crédito público*, publicado em Madrid, em 1796. (ALONSO ORTIZ, 1796)

De qualquer forma, foi uma aposta arriscada, pois ele mesmo tinha conhecimento que as práticas adotadas na Inglaterra e na França se distanciavam (e muito) daquilo que era hábito comum na Espanha. A Inglaterra navegava pelo mundo e abria cada vez mais várias frentes de comércio e troca de mercadorias. A França havia passado por uma revolução, cujos efeitos fez desmoronar o edifício de uma sociedade tradicional fundada em grupos sociais que se ordenavam hierarquicamente.

Nesse sentido, causava temeridade uma obra que tinha por objetivo dar a conhecer ao público espanhol modos novos de administrar a economia e as finanças. Vale lembrar que, nessa época, três eram os deveres precisamente circunscritos ao Estado, isto é, a formação e manutenção das forças militares, a aplicação das diversas instâncias jurídicas e da justiça, e a questão tributária, fiscal e financeira. O tribunal tinha razões de sobra para tomar todas as precauções necessárias e decidir com vagar sobre a pertinência da publicação.

Dessa feita, outros censores foram convocados para verificar com mais acuidade a pureza doutrinária das ideias de Alonso Ortiz. Nessa rodada de avaliações, nada de muito grave ou herético foi encontrado, porém a crítica veio certa e solicitava que emendasse a expressão "lucro, ou usura lícita" (*interes, o usura licita*). A palavra "lícita" não apenas era desnecessária, mas também muito temerária, porque era assaz perigosa, principalmente porque nenhuma distinção foi feita entre a usura adequada e a usura inadequada, ou seja, entre aquilo que é vedado ao bom cristão e aquilo que é praticado pelos hereges, entre aquilo que é permitido pelas leis civis e o que se constitui em violação de direitos, e entre o que regulado e o que não é regulado pelas autoridades públicas.

O manuscrito retornou para Alonso Ortiz em 1793. Neste mesmo ano, Ortiz se dedicou a corrigi-lo, com os devidos aditamentos solicitados pela censura. Não há informação precisa sobre a sua reação; afinal, o que se pedia, em nada, mudava a configuração doutrinária de sua obra. Há bem dizer eram

apenas meros detalhes ou simples particularidades que se referiam a aspectos (digamos) irrisórios. Esses trâmites, com seu percurso burocrático de análise e correções, eram mais do que comuns num tribunal, cuja função era garantir a veracidade e a pureza da doutrina.

No ano seguinte, em 1794, a tradução foi publicada em Valladolid, com dedicatória a Manuel de Godoy, primeiro-ministro (militar, diplomata e político todo poderoso) do reinado de Carlos IV. Ortiz tinha pleno conhecimento que angariar as boas graças de um importante dirigente das elites governativas da Espanha poderia lhe render muitos bons resultados. O que fazia já estava previsto na lógica das relações interpessoais do Antigo regime. Prestar serviço – traduzir e publicar um livro podiam ser definidos como dar um presente, em que se esperava a retribuição, a compensação ou a contraparte – era uma ação esperada por aqueles que gravitavam em torno das esferas de poder e que buscavam acesso às benesses que esses círculos superiores poderiam proporcionar. Foi, a partir desses princípios, que Alonso Ortiz salientou que:

“La Economía Política reducida á un Sistema práctico bien combinado y sostenido con vigor, es el objeto principal del poder de un Ministro celoso y amante del bien universal; por conseguinte lo ha de ser de su proteccion la Investigacion de los principios en que aquel sistema se funda, como que es la Ciencia que dirige con sus luces los aciertos: esta es la Obra del Dr.Adam Smith.” (ALONSO ORTIZ, 1794, p.2-3)

E, mais adiante;

“con efecto hallé por mi fortuna que no me havia animado en vano mi confianza; pues movido V. E. de los vivos deseos de que se extiendan por la Nación los mas sólidos conocimientos de Economía civil para que ayuden y faciliten las benéficas intenciones de S. M., acerca de la prosperidad de sus Vasallos (...) mi reconocimiento no puede menos de noticiar al público en obsequio de lo que V. E. se debe de justicia, traen y a consigo mismos un elogio mas enérgico que el que pudieran desempeñar los rasgos mas eloquentes: manifiestan en V. E. un animo dispuesto en favor de la cultura de las Artes, y de las Ciencias, que es aquella oculta mano que conduce al pueblo industrioso por las sendas de la aplicación al término de su opulencia, de su perfeccion, y de sua gloria.” (ALONSO ORTIZ, 1794, p.4-5)

Manuel de Godoy, em suas *Memórias*, destacou seus grandes serviços prestados à literatura, às ciências e às artes, ressaltando seu interesse preferencial pela economia e pelos assuntos de política. No âmbito das ciências econômico-políticas, na agricultura e indústria, é que Godoy mais se preocupou, pois “la resurreccion de la España dependia en gran manera de la propagacion de las luces sobre todos ellos”. Dessa forma, “los mejores libros de nuestros antiguos economistas y estadistas fueron reimpresos y recomendados; lo que estaba de antes comenzado fué seguido, y una multitud de escritos nuevos fueron publicados, muchos á espensas ó con la ayuda del gobierno” (GODOY, 1836-1842, v.2, p.193). Ele citou, então, a *Investigacion de la naturaleza y*

*causas de la riqueza de las naciones*, de Adam Smith, traduzida por D. José Alonso Ortiz, e os *Discursos Políticos y Económicos*, de David Hume, como bons exemplos, entre outras grandes obras, de autores que foram divulgados a partir da iniciativa e do patrocínio com as expensas pagas ou com a proteção governamental (GODOY, 1836-1842, v.2, p.192).

Nesse sentido, a proposta principal da tradução de Ortiz era estabelecer os princípios e as linhas centrais da economia política, guardando os direcionamentos entre a religião e a moral. Mesmo porque a comunhão perfeita entre a economia e a política se refere ao bom funcionamento da sociedade civilizada e da constituição harmônica dos laços entre os indivíduos entre si, conforme critérios de racionalidade, liberdade e sociabilidade. Ou seja:

“un sistema ordenado por principios, demostrado por causas, comprobado con efectos, é inteligible de todos como corresponde á un asunto tan palpable. Trata del principio universal de toda riqueza, que es el trabajo productivo del hombre: de las rentas de la tierra, y de las ganancias de los fondos que se emplean en todas las negociaciones de una sociedad: habla de las producciones rudas del campo, de las manufacturadas, de sus comparaciones y valores intrínsecos y extrínsecos: de la relación y proporción que dicen con el signo, ó moneda que constituye la riqueza nominal: de los progresos de las Naciones; de sus causas, y de las de su decadencia: de los sistemas mercantil y agricultor: de las obras, y establecimientos públicos; de los gastos del Estado, de las expensas del Soberano, y de los fondos que deben sufragar á todas ellas: últimamente de quanto puede influir universal y originariamente en la opulencia de qualquiera Nación en todas sus diferentes circunstancias y variaciones; descendiendo después para comprobación de sus discursos á varias particularidades tan necesarias como curiosas”. (ALONSO ORTIZ, 1794, p.14)

Nesse sentido, a economia política é, antes de tudo, uma parte do antigo sistema da economia (do “oikós”), quer dizer, aquela parte da doutrina que tratava do governo da casa e da família, que não pode se confundir com a moral (do domínio de si e das qualidades do indivíduo). Também não pode se confundir com o âmbito da política, isto é, da dinâmica particular entre as diversas famílias e destas com a cabeça majestática ou com a instituição monárquica.

Mais especificamente, essa noção prescinde de suas reflexões aqueles aspectos propriamente políticos que visam às obrigações e às qualidades de um soberano e dos súditos, às vantagens e desvantagens das diferentes espécies de governo e à administração da justiça. O interesse do pensamento de Adam Smith era se destacar em relação à formação de riqueza proposta pelo mercantilismo e sua ênfase no comércio e pelo fisiocratismo com a ratificação social da agricultura. O tema das diversas formas de organização política nas sociedades ao longo do tempo, com seus contornos mais específicos, foi estudado por Montesquieu, em *O Espírito das Leis* (1748).

Conforme explica Eric Roll (ROLL, 1978, p.141), a grande façanha das idéias de Smith foi colocar certa ordem e organicidade ao estado caótico em

que se encontrava a análise econômica, justamente aquilo que José Alonso Ortiz pontuava sobre as luzes e sobre o método científico aplicado por Smith, defendendo as virtudes e a importância de sua tradução. Ou seja, uma filosofia de caráter social se coaduna com os preceitos da política econômica e, a partir daí, derivam os métodos e práticas de aspecto meramente técnico. Este último aspecto é que mais interessou aos escritores de economia da época em que escreveu, conquanto causasse muita celeuma nos Estados de matriz católica, e que mais foi aproveitada pela tradição posterior quanto às políticas econômicas.

Assim:

“Si quisiéramos resumir las características distintivas del análisis económico contenido en *La riqueza de las naciones* (...) tendríamos que destacar, ante todo, la penetración que revelan en el estudio del mecanismo económico de la sociedad moderna. Su análisis dejan al desnudo, con extremado rigor, los principios subyacentes en el funcionamiento del sistema capitalista, así como el proceso histórico que lo produjo.” (ROLL, 1978, p.141-142)

E, insistindo no argumento cientificista, ligado à economia:

“este análisis se distingue también por haber sido el primero en reconocer explícitamente que los fenómenos sociales, e incluso la historia, obedecen a leyes propias que pueden ser descubiertas (...) la necesidad de un principio unificado para explicar los fenómenos económicos de suerte que cada uno de ellos se relacione con los demás (...) una idea completa del proceso económico, es verdad que abstracta, pero que contenía la esencia de la realidad.” (ROLL, 1978, p.142)

De fato, em seu plano geral, a obra de Smith se divide em cinco livros que tratam, respectivamente, dos problemas da produção, da distribuição e o câmbio, do capital, das diferentes políticas econômicas que foram implementadas em diversas épocas em distintas nações, dos sistemas anteriores de economia política e, finalmente, das finanças públicas. Como explica ainda Eric Roll (1978, p.146), em um e outro momento, Adam Smith põe em relevo a suprema bondade da ordem natural e destaca as inevitáveis imperfeições das instituições humanas. Dessa forma, esse caráter precário e limitado das instituições, com frequência, é obstáculo incontornável para a consecução plena das inclinações humanas e objetivo final da implementação da harmonia social e da paz política.

Essa matriz naturalista foi corrigida por Alonso Ortiz, mesmo porque era estrategicamente aquilo que os pareceres da Inquisição criticavam na obra de Smith. Porém, Ortiz manteve, destacando na “Dedicatória” e na “Carta ao lector”, o âmbito científico e iluminista do original que estava publicando. De qualquer forma, aplicar os princípios do naturalismo à política econômica acabava por colidir frontalmente contra a sólida estrutura das práticas mercantilistas quanto aos tratos de comércio, contra as todas as formas de regulamentação e contra qualquer iniciativa de propor privilégios,



protecionismos e monopólios. A liberdade natural demandava necessariamente o livre comércio.

A consequência imediata desses princípios, quais sejam, o conceito de liberdade natural e a crítica à intervenção estatal, conduziu à defesa da propriedade privada e ao papel do governo civil em defender o lucro, em suas diversas formas, adquirido pelos indivíduos contra a ganância e a espoliação. A teoria econômica afirmava então que o objetivo das ações governamentais eram tão somente o empreendimento, a manutenção e a salvaguarda da propriedade privada. "O governo civil, na medida em que foi instituído para defender a propriedade, foi instituído também para defender o rico contra o pobre, ou aos que têm alguma propriedade contra aqueles que nada possuem" (SMITH, 2017, v.I, p.233).

Quando Smith aplica essas regras da ordem natural às matérias econômicas se converte em grande adversário de todas as formas de intervenção do Estado nos negócios quotidianos das trocas comerciais e da produção de bens. É exatamente a tendência que as iniciativas individuais dos operadores econômicos possuem em dirigir-se ao equilíbrio natural. Cada indivíduo possui o desejo de obter o maior proveito possível para si mesmo, mas esta consecução só pode acontecer no interior das dinâmicas sociais. O indivíduo, na qualidade de membro da sociedade humana e ser sociável, precisa inscrever-se na esfera comunitária. Entretanto, essa ajuda mútua não se faz por uma concessão de benevolência ou por ato de caridade. O empreendimento de seu interesse particular e de seu desejo egoísta se faz rival da comiseração, compaixão ou piedade, mesmo porque, como diz aproximadamente Adam Smith, o açougueiro, o padeiro e o agricultor não se dispõem a ofertar seus produtos e demais meios de subsistência a partir de uma concessão, beneplácito ou graça, mas para atender os seus próprios interesses. (SMITH, 2017, v.I, p.15)

Segundo a apurada análise de Andrew Skinner:

"The first two books show the socioeconomic stages, hunting and pasture, are most fully developed in the treatment of justice and defense. Book III and parts of book V, on the other hand, contain one of the most sophisticated analyses of the origin and breakdown of the agrarian (allodial and feudal) stage before going on to consider the emergence of the exchange economy – the "final" stage of commerce". (SKINNER, 2003, p.95)

A progressão de desenvolvimento civilizacional humano a partir do estágio de caça e de coleta para o cultivo dos campos por meio da agricultura, e depois para a fase da troca de mercadorias, proporciona não apenas uma explicação satisfatória para a constituição de riqueza e para o acúmulo de capital, mas também o descortinar de uma série de níveis em que se incrementa a divisão do trabalho. O que, por sua vez, levou ao aumento da complexidade das organizações sociais e das instâncias econômicas.

A questão, então, é qual é a estrutura mais adequada para um determinado contexto e, portanto, conseguiria trazer vantagens representativas em relação a outras soluções possíveis. Como explica Pocock:

“A progressão do caçador para o agricultor, depois para o mercador, ofereceu não apenas um relato coerente para o aumento da riqueza, mas também uma série de estágios para o incremento da divisão do trabalho, resultando, por sua vez, num aumento na complexidade das organizações nos aspectos éticos e sociais.” (POCOCK, 1983, p.242)

O argumento põe grande ênfase na importância das regras gerais que se fundamentam na experiência humana ao longo do tempo e suas inúmeras variações e diversidade nas suas práticas. Todo esse conjunto possui por base sistemas de governo específicos como condição do ordenamento social. É justamente por isso a análise histórica, com os seus estágios sociais e econômicos, complementa essas assunções por considerar a origem das formas de governo e por propor uma forma explicativa as forças que causam essas variações. No limite, o pensamento de Adam Smith sugere que a estrutura econômica, em particular, nessa fase comercial, não é propriamente o modelo final de todas as práticas econômicas, porém mais uma das estruturas que se desenvolveram historicamente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO ORTIZ, José. *Investigacion de la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones, escrita en inglés por el Dr. Adam Smith, y traducida al castellano por o el Lic.D. José Alonso Ortiz, con varias notas y ilustraciones relativas a España*. 4 volumes. Valladolid, 1794.

\_\_\_\_\_. *Ensayo económico sobre el sistema de la moneda papel y sobre el crédito público*. Madrid, 1796.

GODOY, Manuel de. *Cuenta dada de su vida política por Don Manuel de Godoy, Príncipe de la Paz, o sean [sic] Memorias críticas y apologéticas para la historia del reinado del Señor D. Carlos IV de Borbón*. 6 volumes. Madrid, Imprenta de I. Sancha, 1836-1842.

HERNÁNDEZ ANDREU, Juan. *La Riqueza de las Naciones de Adam Smith en España*. *Relectiones*, 2015, n.2, pp. 109-121.

LASARTE, Javier. Adam Smith ante la Inquisición y la Academia de la Historia. *Hacienda Pública*, n.33, 1975.

MARTINEZ DE IRUJO, Don Carlos. *Compendio de la obra inglesa intitulada Riqueza de las Naciones, hecho por el Marques de Condorcet*. Madrid, en la Imprenta Real, 1792.

POCOCK, J.. Cambridge paradigms and Scotch philosophers. In HONT, I. & IGNATIEFF, M. (eds.). *Wealth and Virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ROLL, Eric. *Historia de las Doctrinas Económicas*. México: FCE, 1978.

SKINNER, Andrew S.. Adam Smith (1723–1790): Theories of Political Economy. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J. & DAVIS, J.. *A Companion to the History of Economic Thought*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SMITH, R.S. The First Spanish Edition of the *Wealth of Nations*. *South African Journal of Economics*, n.35, 1967, pp.265-280.

\_\_\_\_\_. English Economic Thought in Spain, 1776-1848. *South Atlantic Quarterly*, n.67, v.2, 1968, pp.306-337.

ZAPATERO, Juan Carlos. El caso español en *La Riqueza de las Naciones*. *Revista Española de Economía*, n.2, may-ago 1975, pp.31-54.